



Organização dos Estados Ibero-americanos
Para a Educação, a Ciência e a Cultura

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA - CONSULTOR POR PRODUTO -

1. Número e Título do Projeto:

OEI/BRA/ 09/004 - Aprimoramento da sistemática de gestão do Ministério da Educação – MEC em seus processos de formulação, implantação e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

2. Finalidade de Contratação:

Fornecer subsídios metodológicos para a formulação, a implementação e a avaliação de projetos de formação continuada de professores e gestores a distância, por meio da Rede de Educação para Diversidade. Propor estratégias para a avaliação dessa formação e sua expansão para outros públicos, com ênfase na área de educação do campo, indígena e quilombola.

3. Enquadramento das Ações no Projeto

3.1 Resultados:

OBJETIVO ESPECÍFICO 4: formular e implantar sistemática de planejamento e avaliação da implantação do PDE, com ênfase na área de educação infantil e da educação no campo, indígena e quilombola

Resultado 4.3. Experiências de sucesso nas ações estaduais e municipais de implantação do PDE selecionadas em todo o país.

ATIVIDADES:

4.3.1. Estabelecer critérios para a definição de experiências de sucesso estaduais e municipais na implantação de PDE.

4.3.2. Elaborar sistemática com orientações, critérios e procedimentos de participação na seleção de experiência de sucesso.

4.3.3. Selecionar e divulgar experiências de sucesso estaduais e municipais na implantação do PDE.

4.3.4. Realizar encontros nacionais ou regionais para apresentação das experiências de sucesso selecionadas.

4. Justificativa:

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é a principal estratégia do Ministério da Educação para produzir uma educação básica de qualidade. As políticas de educação no Brasil passaram, nos últimos anos, por diversas fases, por diversas formas de gestão/planejamento e, por processos variados

de financiamento e avaliação das áreas que compõem o Setor Educacional brasileiro. Assim, os focos programáticos das ações governamentais se modificavam ao longo do tempo e, como consequência, as áreas prioritárias para o desenvolvimento da educação no país eram reposicionadas e reorganizadas de forma intermitente. As variações quanto ao direcionamento das políticas educacionais produziram descontinuidades nos processos de planejamento, gerando fortes restrições à elevação dos níveis de desempenho dos planos e programas para a educação em todo o país. Uma dessas restrições provocadas foi a segmentação na abordagem dos diversos níveis e aspectos da educação brasileira. Isso, por sua vez, fez com que as múltiplas dimensões políticas e gerenciais passassem a ser consideradas isoladamente e, algumas vezes, de forma antagônica. Há que se considerar também que outros fatores limitantes surgiram nos processos de formular e implantar políticas de educação no Brasil. Fazem parte desse contexto limitante aspectos como: as dificuldades em se estabelecer procedimentos e instrumentos para a devida articulação entre União, estados e municípios na atuação conjunta para o desenvolvimento da educação e, também, o surgimento da idéia de que existia uma contraposição entre educação básica e educação superior.

Essa contradição foi gerada pelas políticas educacionais que, em determinado período de tempo, definiram que a educação superior não era prioridade para o desenvolvimento da educação brasileira. Foram criados, nesse período, sistemas de avaliação dos vários níveis do ensino básico e das instituições de educação superior, contudo os dados e informações produzidos não foram utilizados como indicadores para o planejamento e para a tomada de decisão. Continuaram a prevalecer os princípios quantitativos e economicistas na definição das políticas públicas de educação. As constatações reveladas pelas avaliações quanto aos baixos índices de qualidade do ensino fundamental e médio, a redução do desempenho institucional das escolas e a baixa produtividade científica das universidades não se transformaram em referenciais e parâmetros para os processos decisórios e gerenciais.

Haveria que se retomar a visão multidimensional e participativa das políticas educacionais sob pena de se atrasar ainda mais o desenvolvimento sustentável do país. E, como consequência, dificultando a consolidação dos valores democráticos e republicanos, sustentáculos da liberdade e da cidadania entre todos os brasileiros. Para tanto, o atual governo estabeleceu, como uma de suas principais metas políticas para a educação, a criação de condições institucionais, humanas e instrumentais que redirecionassem os procedimentos de gestão do sistema educacional até então adotados. Definiu-se, a partir dessa prioridade, a realização de cinco conjuntos de ações: (i) ampliação dos processos de atendimento em todos os níveis de ensino; (ii) crescimentos dos investimentos em educação em relação ao Produto Interno Bruto; (iii) concepção e implantação de planejamento com base participativa e democrática; (iv) desenvolvimento e implantação de novas tecnologias de informação e comunicação destinadas à gestão e avaliação da educação em todo o país e, (v) ampliação das capacidades institucionais do Ministério da Educação na integração entre União, estados e municípios no planejamento e gestão da educação brasileira. Além disso, o PDE estabeleceu como um dos principais pontos a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação. Nesse sentido, o PDE promove o desdobramento de iniciativas fulcrais levadas a termo recentemente, quais sejam: a distinção dada aos profissionais da educação, única categoria profissional com piso salarial nacional constitucionalmente assegurado, e o comprometimento definitivo e determinante da União com a formação de professores para os sistemas públicos de educação básica (a Universidade Aberta do Brasil⁷ – UAB – e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID). A formação inicial e continuada dos professores exige que o parque de universidades públicas se para a educação básica. Assim, a melhoria da qualidade da educação básica depende da formação de seus professores, o que decorre diretamente das oportunidades de formação oferecidas aos docentes.

Quanto à ampliação dos processos de atendimento, o MEC tem conseguido manter um ritmo constante de crescimento da oferta de formação continuada, e o PDE representa uma nova concepção de planejar e gerenciar o sistema de formação de professores da educação básica pública.]

Com o PDE e o apoio desse Projeto em parceria com a OEI, professores e gestores da educação básica

de escolas estaduais e municipais serão beneficiados. O objetivo é que os professores contem com programas de formação continuada, proporcionando não apenas a sua atualização profissional, mas, também, especialização em cursos, a serem implementados, em nível de graduação, extensão, aperfeiçoamento e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, presencial e a distância.

Ainda, os membros das comunidades locais e pais de alunos dessas escolas são beneficiados em função das diversas ações que o PDE coloca à disposição das populações urbanas, rurais e suburbanas das mais diversas caracterizações quanto ao tamanho, à cultura predominante, à localização territorial e às tipologias e dimensões econômicas. O principal benefício auferido pelas comunidades locais é a melhoria da qualidade do ensino oferecido pelas escolas, com a introdução de critérios de sustentabilidade sócio-ambiental e de educação para a diversidade em seus currículos e projetos pedagógicos.

Assim, procurando alcançar o maior número possível de beneficiários, propõe-se a utilização das ferramentas, estratégias e ambientes de tecnologia aplicadas à educação, visando o acompanhamento e o monitoramento do curso a distância para a formação continuada de profissionais da educação. Esses cursos visam adensar conceitos fundamentais para o enfrentamento da discriminação e preconceito na escola, em especial às temáticas de educação do campo, escolar indígena e quilombola, com a inserção dos conceitos de diversidade voltados ao ensino formal, articulando-os com as práticas docentes a partir das experiências cotidianas acumuladas.

A consultoria contratada deverá elaborar uma análise desse processo de formação, abordando aspectos pedagógicos e políticos relativos à participação dos atores, principalmente professores, gestores e instituições ofertantes, sendo necessária ainda, projeções e apontamentos para a revisão das ações e políticas de formação continuada à distância no âmbito da Rede de Educação para a Diversidade.

Nesse sentido, a contratação de consultoria objetiva trabalhar nas interfaces entre as políticas para essa diversidade e a possibilidade de inserção das temáticas em ações da própria SECAD e também de outras secretarias. Especificamente, esta contratação prevê a coleta de dados, elaboração de documentos técnicos com subsídios para a avaliação dos cursos a distância para professores e gestores de educação, que inclua a análise do trabalho em parceria com as Instituições Federais de Ensino Superior proponentes do curso. Por fim, será preciso uma avaliação dos materiais pedagógicos produzidos para o curso. Solicita-se a contratação de cinco consultores tendo em vista a justificativa apresentada e a necessidade das atividades e produtos abaixo especificados relativos a cada um dos seguintes cursos da Rede: **Educação Ambiental; Educação para a Diversidade; Educação de Jovens e Adultos na Diversidade; Gênero e Diversidade na Escola e Educação em Direitos Humanos.**

5. Atividades que deverão ser executadas:

;

Atividade e Produto 1:

1. Atividades: analisar e consolidar, por Unidade da Federação, as informações contidas nos termos de adesão do Programa Escola Ativa – professores-multiplicadores, professores, educandos por ano/série de matrícula, kits de cadernos de aprendizagem por ano/série de matrícula, unidades escolares – com vistas a subsidiar o planejamento da execução do Programa em 2010 e 2011.

Produto 1: Documento técnico, demonstrativo e comparativo, analisando as demandas dos estados, Distrito Federal e municípios para a formação continuada no Plano de Ações Articuladas (PAR) e a oferta de cursos pela UAB, com levantamento de todos os pólos disponíveis, por unidades da federação e por cursos ofertados a partir do Edital 1/2008/SECAD Rede de Educação para a Diversidade.

Atividade e Produto 2:

- 2. Atividades:** a) Pesquisar e analisar documentos produzidos pela SECAD sobre a implementação da ação de formação de professores proposta no PDE, para a educação integral e do Programa Mais Educação, bem como de educação escolar indígena, do campo e quilombola;
- b) Analisar os editais da Universidade Aberta do Brasil - UAB e do Manual para a Rede de Formação para a Diversidade;
- c) Levantar e sistematizar as ações de formação da SECAD, inclusive às externas à Rede de Educação para a Diversidade, específicas para essas temáticas.
- d) Verificar nos sistemas de informações disponíveis, tanto no MEC quanto nas instituições parceiras dos cursos a distância da Rede, se há possibilidade de adequação para o monitoramento das parcerias de Educação à Distância - EAD.

Produto 2: Documento técnico com avaliação do processo de criação e implementação dos cursos de educação a distância, contendo quadro demonstrativo de seu atual estágio, instituições participantes, quantidade e perfil dos cursistas e valores aplicados pelo MEC (SECAD e UAB), por unidades da federação e por cursos a serem definidos quando da contratação.

Atividade e Produto 3:

3. Atividades.

- a) Analisar projetos e ações referentes à formação de professores nas temáticas da diversidade, e de pesquisa nessa área, implementados pela Secretaria de Educação Básica do MEC, bem como as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Educação;
- b) Analisar documentos produzidos pela SECAD sobre formação continuada, tanto presencial quanto a distância, sobre educação ambiental, do campo, indígena, quilombola e diversidade;
- c) Levantar requisitos sobre sustentabilidade aplicados a construções e à formação de profissionais da educação.

Produto 3: Documento contendo proposta de Projeto básico de formação à distância para professores e gestores, com indicação de conteúdos visando o enfrentamento do preconceito no cotidiano escolar e a implementação de escolas sustentáveis nas dimensões do estabelecimento (edificação), da gestão e pedagógica (currículo), incluindo os que atuam em educação infantil e primeiras séries do ensino fundamental

Atividade e Produto 4:

4. Atividades:

- a) Elaborar e aplicar questionário virtual para aferir o grau de satisfação dos usuários dos cursos à distância ofertados pela Rede;
- b) Sistematizar informações e dados sobre o desenvolvimento do curso pelas entidades que apresentaram projetos;
- c) Identificar possíveis gargalos e pontos convergentes entre as instituições que oferecem os cursos à distância na Rede de Educação para a Diversidade, bem como em relação à estrutura física dos pólos onde estão sendo ofertados.

Produto 4: Documento contendo análise e avaliação de curso a distância da Rede de Educação para a Diversidade, com informações sobre a apropriação, pelos professores, dos objetivos da formação, ainda, sobre a estrutura dos pólos, por unidades da federação e por cursos a serem definidos quando da contratação.

5. Produtos ou resultados previstos:

PRODUTOS	DATA DE ENTREGA
Produto 1: Documento técnico, demonstrativo e comparativo, analisando as demandas dos estados, Distrito Federal e municípios para a formação continuada no Plano de Ações Articuladas (PAR) e a oferta de cursos pela UAB, com levantamento de todos os pólos disponíveis, por unidades da federação e por cursos ofertados a partir do Edital 1/2008/SECAD Rede de Educação para a Diversidade.	16/10/2009
Produto 2: Documento técnico, demonstrativo e comparativo, analisando as demandas dos estados, Distrito Federal e municípios para a formação continuada no Plano de Ações Articuladas (PAR) e a oferta de cursos pela UAB, com levantamento de todos os pólos disponíveis, por unidades da federação e por cursos ofertados a partir do Edital 1/2008/SECAD Rede de Educação para a Diversidade.	04/01/2010
Produto 3: Documento contendo proposta de Projeto básico de formação à distância para professores e gestores, com indicação de conteúdos visando o enfrentamento do preconceito no cotidiano escolar e a implementação de escolas sustentáveis nas dimensões do estabelecimento (edificação), da gestão e pedagógica (currículo), incluindo os que atuam em educação infantil e primeiras séries do ensino fundamental.	31/03/2010
Produto 4: Documento contendo análise e avaliação de curso a distância da Rede de Educação para a Diversidade, com informações sobre a apropriação, pelos professores, dos objetivos da formação, ainda, sobre a estrutura dos pólos, por unidades da federação e por cursos a serem definidos quando da contratação.	20/05/2010

7. Requisitos mínimos de qualificação

Descrição:

a. Formação:

- Graduação em Ciências Humanas.

b. Exigências específicas

b.1. Experiência

Experiência mínima de 2 anos em gestão e acompanhamento de programas sociais;
Experiência mínima de 03 (três) anos em formulação, implementação e avaliação de processos e

projetos de educação à distância, ou de educação ambiental, do campo, indígena, quilombola ou de educação e comunidade;
Disponibilidade para viajar

b.2. Área de atuação: Educação e Educação a Distância.

b.3. Período de experiência em meses: 24 (vinte e quatro) meses

8. Vigência do contrato:

A. Início: 15/10/2009

B. Fim: 15/08/2010

- **Vigência do contrato em meses:** 10 (dez) meses

9. Número de vagas: 05 (cinco) vagas, cada uma vinculando seus produtos a um dos seguintes cursos da Rede: Educação Ambiental; Educação para a Diversidade; Educação de Jovens e Adultos na Diversidade; Gênero e Diversidade na Escola e Educação em Direitos Humanos.

Brasília 19 de agosto de 2009

Nome representante área solicitante: Natália de Souza de Duarte.

Assinatura: